



UnB | CEAM

Centro de Estudos
Avançados Multidisciplinares

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, INFÂNCIA, JUVENTUDE
E DIVERSIDADE

Luana Aline Afonso

**O atendimento socioeducativo ofertado a adolescentes a quem se atribui ato infracional
relacionado à ofensa de natureza sexual**

Orientadora: Prof^ª Dr^ª. Tatiana Yokoy de Souza

Brasília – DF
2020

LUANA ALINE AFONSO

O atendimento socioeducativo ofertado a adolescentes a quem se atribui ato infracional relacionado à ofensa de natureza sexual

Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Políticas Públicas, Infância, Juventude e Diversidade (EPPIJD) no âmbito de pós-graduação *lato sensu*, de autoria de Luana Aline Afonso, apresentado à Comissão Examinadora do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM) da Universidade de Brasília (UnB), sob a orientação da Professora Dr^a. Tatiana Yokoy de Souza.

Brasília – DF
2020

RESUMO

O presente artigo discute as ações propostas durante o cumprimento de medida socioeducativa de internação em estabelecimento educacional, sanção possível de ser aplicada a adolescentes de 12 a 18 anos que incidiram na prática de atos infracionais, especificamente para adolescentes que tenham praticado ofensa de natureza sexual. Existem poucos dados da incidência da ofensa sexual praticada por adolescentes. Isto dificulta ter clareza sobre a incidência desse tipo de violência na realidade brasileira e, ainda, a construção de estratégias e ações mais adequadas para o enfrentamento da violência sexual e para minimizar a reincidência deste tipo de ofensa. Para tanto, traçou-se como objetivo compreender como tem se dado o atendimento socioeducativo ofertado a adolescentes autores de atos infracionais análogos à ofensa sexual no âmbito de uma unidade de internação do DF. Utilizou-se do método da análise documental de processos judiciais de dois adolescentes do DF, cujos atos infracionais relacionavam-se à ofensas sexuais e que foram sentenciados para o cumprimento de medida socioeducativa de internação em estabelecimento educacional. A discussão dos resultados foi realizada à luz das normativas vigentes e em uma perspectiva crítica sobre a violência de gênero na sociedade brasileira. São apresentadas reflexões sobre as práticas institucionais e sobre os desafios que permeiam as intervenções socioeducativas relacionadas a esta desafiante temática.

Palavras-chave: medidas socioeducativas; adolescência; ofensores sexuais; gênero; análise documental.

ABSTRACT

This article intends to discuss the actions proposed towards adolescents who have committed sexual offenses, while they are under a period of confinement in a social-educational facility. Confinement is the most restrictive of social-educational measures in Brazilian Juvenile Justice. Social-educational measures are levied against young offenders at the age of 12 to 18 years old who have committed illegal acts. In the Brazilian National Social-Educational Services System there are six social-educational measures: warnings; reparation of harm; community service; supervised probation; “semi-liberty” regime; and confinement in an educational facility. To this date, there is little data regarding the incidence of sexual offenses practiced by adolescents. This hampers the processes of properly knowing the incidence of this type of violence in Brazilian society, as well as building more adequate strategies to face sexual violence and minimizing its repetition. Our goal was to understand how adolescent authors of sexual offenses have been treated in a confinement service at the Federal District in Brazil. We carried out document analysis of legal action against two adolescents, whose illegal acts were related to sexual offenses and who were confined in social-educational service. The results were discussed in the light of current regulations and in a critical perspective on gender violence in Brazilian society. Reflections are presented on institutional practices and on the challenges that are encompassed in social-educational interventions related to this challenging theme.

Keywords: social-educational measures; adolescence; sexual offenders; gender; documentary analysis.

SUMÁRIO

1.	Introdução.....	6
1.1	Contextualizando a medida socioeducativa.....	6
1.2	Adolescência e o ato infracional de natureza sexual	9
1.3	A importância do debate de gênero no combate a ofensa sexual	11
2.	Metodologia	13
3.	Resultados e Discussão	17
3.1	O que se conta sobre o histórico de vida dos adolescentes	17
3.2	O que os documentos descrevem sobre o percurso institucional dos adolescentes.....	20
3.3	Documentos que não comunicam.....	26
4.	Considerações Finais.....	27
5.	Referências Bibliográficas	30
	Apêndice.....	33
	Anexos.....	37

1. Introdução

Esta pesquisa propõe-se a investigar o percurso institucional de adolescentes que cumpriram medida socioeducativa de internação e a quem se atribui prática de ato infracional análogo a ofensa sexual, buscando entender como tem sido as intervenções dos profissionais que os acompanharam e como tem se dado o atendimento socioeducativo ofertado a esses jovens. Pretende-se a ampliação do debate sobre esse tipo de violência, a partir da discussão sobre como tem sido operada a intervenção socioeducativa direcionada a adolescentes a quem se atribui a prática de ato infracional análogo à ofensa sexual em uma unidade de internação.

Busca-se colaborar na superação da invisibilidade ao redor do tema da violência sexual. De tal forma, entende-se que o silêncio esconde e acoberta, enquanto o falar sobre pode permitir a construção de intervenções mais eficazes, que resguardem os direitos das vítimas e a diminuição de novas condutas ofensivas (COSTA, et al., 2011; COSTA et al., 2013; VIEIRA, 2017).

Para tanto, traçou-se como objetivo central compreender como tem se dado o atendimento socioeducativo ofertado a adolescentes autores de atos infracionais análogos à ofensa sexual no âmbito de uma unidade de internação do DF. Como objetivos secundários, pretende-se: a) refletir sobre as práticas institucionais à luz das normativas vigentes; b) problematizar os desafios que envolvem o atendimento socioeducativo desses adolescentes em um contexto de privação de liberdade; e c) discutir possibilidades e limites de intervenções socioeducativas que abordam a violência sexual e a violência de gênero.

1.1 Contextualizando a medida socioeducativa

A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990) marca uma importante mudança de paradigma em relação ao tratamento legal dirigido a população infanto-juvenil brasileira, a partir da adoção da Doutrina de Proteção Integral. Assim, crianças e adolescentes passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direitos, a quem devem ser garantidos o respeito à sua condição peculiar de desenvolvimento, à dignidade como pessoa humana, além da efetivação de direitos relativos à vida, à alimentação e à educação (BRASIL, 1990). No que se refere a adolescentes autores de atos infracionais, dentre as medidas socioeducativas previstas no ECA, estão: advertência; obrigação em reparar

o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade; e internação em estabelecimento educacional.

Embora as medidas socioeducativas estivessem previstas desde a publicação do ECA, a organização delas enquanto sistema se deu em dois momentos posteriores: a) em 2006, com a publicação da Resolução nº 119 do Conselho Nacional dos Direitos de Crianças e Adolescentes – CONANDA, que aprovou o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE enquanto política pública destinada à inclusão de adolescentes em conflito com a lei em uma relação dialógica com as demais esferas de políticas sociais, estabelecendo princípios e diretrizes para sua execução (BRASIL, 2006); e b) em 2012, com a aprovação da Lei nº 12.594, que instituiu e regulamentou a execução das medidas socioeducativas no âmbito de todo o território nacional (BRASIL, 2012).

A Resolução nº 119/2006 e a Lei nº 12.594/2012, portanto, constituíram importantes marcos regulatórios para a implementação e a execução das medidas socioeducativas em todo o território nacional, situando a Política de Socioeducação em articulação com as demais políticas públicas. A partir destas normativas, o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo reitera que o processo de responsabilização dos adolescentes a quem se atribui a autoria de atos infracionais tem caráter educativo, permitindo seu acesso a direitos e a sua inclusão em políticas sociais, educacionais e de saúde. (BRASIL, 2013).

Os marcos regulatórios supracitados convergem para garantir o acesso a direitos de adolescentes aos quais foram aplicadas as denominadas medidas socioeducativas. Estas sanções são aplicadas a adolescentes de 12 a 18 anos, que incidiram na prática de atos infracionais (nomenclatura utilizada para se referir as condutas delitivas análogas aos crimes descritos no Código Penal) (BRASIL, 1990; 2006; 2012).

A perspectiva de garantia e respeito aos direitos humanos de adolescentes a quem são aplicadas medidas socioeducativas, bem como as concepções pedagógicas e inclusivas da socioeducação, propiciam a responsabilização destes notadamente através de processos reflexivos, emancipatórios e críticos. Ainda assim, a realidade prática vivenciada nas unidades socioeducativas aponta para a necessidade de superação da cultura de lógica punitivista (VIEIRA, 2017; RODRIGUES; LOPES DE OLIVEIRA, 2016).

É necessário ressaltar que as referidas legislações estabelecem que a aplicação da medida socioeducativa levará em conta a capacidade do adolescente em cumpri-la, bem como as circunstâncias e a gravidade da infração. A medida mais gravosa, a internação, somente deve

ser empregada quando se tratar de cometimento de ato infracional com uso de grave violência e ameaça, por reiterados cometimentos de atos infracionais ou descumprimento injustificável de medida socioeducativa imposta anteriormente (BRASIL, 1990).

Diferentemente do Código Penal Brasileiro, a aplicação da medida socioeducativa não é graduada pelo tipo de ofensa cometida, tendo sua correspondência descrita no ordenamento jurídico. A definição da medida socioeducativa a ser aplicada se dá levando em consideração o histórico infracional do adolescente e o uso (ou não) de grave violência.

Entretanto, não há sistematizações sólidas de dados estatísticos públicos que relacionem o teor da ofensa cometida com o tipo de sanção aplicada pelo poder judiciário aos adolescentes. Os dados estatísticos disponíveis, com informações de todo o território nacional, fornecem noções relativas apenas às medidas socioeducativas de semiliberdade e internação, ao perfil dos adolescentes nelas inserido (sexo, raça/etnia e idade) e à frequência da tipificação de atos infracionais que motivaram a aplicação da medida socioeducativa. A publicação deste tipo mais recente é do ano de 2019; trata-se do Levantamento Anual do SINASE que contém dados relativos ao ano de 2017 (BRASIL, 2019). De acordo com o compilado estatístico, em 2017, de todos dos atos infracionais apurados (N = 16.443), cerca de 38,1% corresponderam aos análogos a roubo; 26,5% aos atos infracionais análogos a tráfico de entorpecentes; e 8,4% foram atos infracionais análogos a homicídio. O ato infracional análogo a estupro possui menores incidências (1,4%), correspondendo a 224 registros no sistema socioeducativo daquele ano (BRASIL, 2019).

O Distrito Federal também tem realizado uma compilação estatística referente às entradas no sistema socioeducativo. Os dados mais recentes referem-se ao ano de 2017, conforme o Anuário do Atendimento Socioeducativo Inicial do Núcleo de Atendimento Integrado – NAI/UAI-DF, publicado pela Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal (2018). Para situar o leitor, é importante informar que o NAI consiste em uma unidade de atendimento integrado, vinculado à Secretaria de Estado responsável pela execução da medida socioeducativa, reunindo órgãos do Sistema de Justiça (Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública) e, ainda, as Secretaria de Saúde, Secretaria de Segurança Pública e Secretaria de Desenvolvimento Social. Desta maneira, o órgão constitui-se na porta de entrada dos adolescentes que são apreendidos pela prática de atos infracionais, motivo pelo qual a sistematização e publicação dos dados de atendimento

realizados servem de importante instrumento de investigação da realidade do sistema socioeducativo local.

É necessário esclarecer, ainda, que os dados divulgados tem como base a quantidade de autos de infração que deram entrada no NAI, e não o número de adolescentes que ali foram atendidos, ou seja, um mesmo adolescente pode ter tido inúmeras entradas no NAI por atos infracionais diferentes e, cada entrada, foi contabilizada no levantamento estatístico. Assim, de acordo com a publicação, durante todo o ano de 2017, foram registradas no DF 3.848 entradas por flagrante. Destas, 1.714 se deram pela prática de ato infracional análogo a roubo; seguida de 795 entradas por tráfico de drogas; e, em terceiro lugar, foram registradas 238 entradas por ato infracional análogo a furto. Ainda de acordo com o Anuário, foram registradas 20 entradas por ato infracional análogo a estupro, correspondendo ao percentual de 1,9% do total de entradas ao longo do ano de 2017.

1.2 Adolescência e o ato infracional de natureza sexual

Conforme aponta Costa et al. (2013), quase não há dados ou estatísticas que esclarecem a incidência da ofensa sexual praticada por adolescentes, o que dificulta ter clareza sobre a incidência desse tipo de violência na realidade brasileira e, ainda, a construção de estratégias e ações mais adequadas para o enfrentamento da violência sexual e para minimizar a reincidência deste tipo de ofensa. Dell’Aglío, Moura e Santos (2011), em uma investigação teórica acerca da existência de programas para atendimento psicológico para vítimas e autores de violência de cunho sexual, esclareceram sobre a importância que esse tipo de atendimento pode vir a ter como ferramenta que minimiza a ocorrência de reincidências. Entretanto, criticam que ainda são poucas as iniciativas no Brasil de políticas públicas ou programas de intervenção voltados para esse público. De tal forma, parece premente a necessidade de capacitação dos profissionais que lidam com autores de ofensas sexuais, no sentido de não perpetuar o rótulo de sujeitos irrecuperáveis ou de reproduzir uma conduta meramente punitivista e de julgamento moral (DELL’AGLIO; MOURA; SANTOS, 2011; DOMINGUES, 2016, VIEIRA, 2017).

Observa-se, ainda, um silenciamento em relação ao tema, tanto em relação às vítimas quanto em relação aos perpetradores da violência sexual, bem como quanto aos meios de denúncia e responsabilização dos ofensores. Assim, o silêncio sobre o tema colabora para reproduzir preconceitos, desconhecimentos e gera dificuldades para o acesso aos equipamentos

adequados de apuração, de responsabilização e linhas de cuidados na área da saúde. (DOMINGUES, 2016; ADORNO, 1995 apud MELO; SOUSA, 2013).

A respeito do período de cumprimento de medida socioeducativa em uma unidade de internação, o tipo de ato infracional cometido e o conhecimento dele por parte dos outros adolescentes internados, em geral, acaba por afastar o adolescente ofensor do convívio entre os pares, devido a rejeição de sua conduta pelos demais. Esta situação pode, inclusive, vir a interferir na realização das visitas familiares; por exemplo, ao se exigir uma rotina própria, em horário e/ou ambientes separados dos demais adolescentes, para preservar a segurança deste adolescente no contexto da privação da liberdade. É necessário considerar que, algumas vezes, a simples suspeita em relação a um adolescente em privação de liberdade ter cometido alguma ofensa sexual pode colocá-lo em uma situação de perigo perante o restante do grupo (DOMINGUES, 2016). Até mesmo os profissionais responsáveis pelo acompanhamento institucional dos adolescentes podem ter dificuldades em lidar com questões que envolvam a ofensa sexual, uma vez que são violações desumanas e graves, e que também são vistas assim, de maneira geral, por grande parte da sociedade (DELL'AGLIO; MOURA; SANTOS, 2011).

Tais ponderações também se baseiam em minha trajetória profissional enquanto servidora do sistema socioeducativo, onde, a partir do contato com os adolescentes que estavam internados por ato infracional análogo a ofensa sexual, pude observar a dinâmica em que tais socioeducandos ficam circunscritos no âmbito institucional. Desta feita, a notícia acerca da ofensa sexual cometida pelo adolescente não se restringe aos profissionais responsáveis pelo acompanhamento da medida socioeducativa, sendo compartilhada pelos demais socioeducandos, que podem vir a buscar algum tipo de “justiçamento” diante da natureza do ato infracional. Este se manifesta na dinâmica da internação, por exemplo, por meio de ameaças contra ele, xingamentos e até agressões físicas. Rapidamente, espalha-se a informação de que o adolescente é um “*jack*”¹ e tal rótulo o acompanha nos diversos módulos em que possa tentar convívio, ou mesmo nos outros espaços pedagógicos, de lazer, esportivos ou de atividades profissionalizantes.

Acrescentam-se a essas observações, os achados obtidos por Machado (1998) em uma pesquisa que teve como referência a fala de adultos que se encontravam no sistema prisional pelo crime de estupro. Foi observado que, para eles, no cotidiano institucional, o motivo de

¹ Alcinha atribuída a autores de violência sexual no âmbito de instituições de privação de liberdade, tanto no sistema prisional quanto no sistema socioeducativo.

vergonha não era a prática do estupro em si, mas serem reconhecidos e estigmatizados pelos demais presos como estupradores. A condição de estuprador os colocava em uma posição subalterna em relação aos demais prisioneiros, e pouco provocava reflexões quanto à gravidade do crime cometido.

Desta maneira, tais entraves no cotidiano institucional podem impedir ou restringir a participação destes adolescentes em atividades coletivas, tais como rodas de conversas e a participação em eventos educativos ou palestras. Esta situação pode vir a estabelecer um paradoxo entre a realidade institucional para o atendimento socioeducativo de adolescentes, os parâmetros legais para esta atuação (por exemplo, as que garantem seu direito à convivência familiar e comunitária) e, ainda, a metodologia trabalho. Para profissionais que se dedicaram a estudar o tema, são relevantes metodologias sistematizadas de atendimentos com a família do adolescente ofensor e a realização de grupos multifamiliares, que visem processos reeducativos e de ressignificação da violência no meio familiar (COSTA et al., 2011; DELL'AGLIO; MOURA; SANTOS, 2011; COSTA; COSTA, 2013), bem como perspectivas de atuação construídas a partir de uma compreensão mais abrangente sobre a violência sexual (VIEIRA, 2017).

O processo de responsabilização de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas também deve levar em consideração este momento específico do desenvolvimento e suas peculiaridades (VIEIRA, 2017). Nesta pesquisa, adota-se a perspectiva de uma adolescência situada socioculturalmente, em contínua transformação a partir da sua interpretação social, que não pode ser, portanto, reduzida apenas à descrição de fatores biológicos e naturais comuns nesse período da vida. Esta abordagem considera diferentes aspectos circunstanciais relacionados, por exemplo, a gênero, raça, situação socioeconômica, relações interpessoais e composição familiar, dentre outros importantes fatores (YOKOY DE SOUZA; LOPES DE OLIVEIRA; RODRIGUES, 2014; LOPES DE OLIVEIRA; COSTA; CAMARGO, 2018).

1.3 A importância do debate de gênero no combate a ofensa sexual

Outro aspecto importante a se considerar é a contextualização da violência de natureza sexual praticada e seus significados dentro da sociedade. Nesse sentido, ressalta-se a contribuição de pesquisadores da área de gênero para melhor situar os diversos elementos

sexistas que se relacionam com a prática infracional. Safiotti (1987) aponta que a ideologia sexista opera como agentes dos polos da relação dominação-subordinação; nesta polarização, existiria uma distinção de poder nas categorias sociais de homens e mulheres, sendo os homens os que se encontram em posição privilegiada de dominação.

Ainda para esta autora, racismo e sexismo guardam semelhanças na forma de operar e em sua origem: quando um povo dominava o outro, submetia-se aquele que fora derrotado às vontades do vitorioso. Os homens, em geral, eram eliminados ou aprisionados, enquanto as mulheres, além de se serem mantidas enquanto força de trabalho, também eram forçadas a prestar serviços sexuais ao povo vitorioso. Neste raciocínio, ilustra-se que as dinâmicas de gênero não se restringem apenas à sua dimensão social, mas adquirem corporeidade, na medida em que definem destinos para os que serão vistos como objeto sexual ou como força de trabalho. A ocorrência da violência física, nesta lógica de subordinação entre gêneros, inclusive, pode ser significada em uma sociedade machista enquanto uma suposta justa defesa da honra, já que os homens são socializados para não lidar com situações de impotência (SAFIOTTI, 2011).

Além disso, segundo Safiotti (1987), um caso extremo do uso abusivo desse poder nas relações homem-mulher é o estupro, que seria a negação máxima da vontade da mulher para realização exclusiva do desejo do homem (perpetrador da violência), subjugando e subordinando o corpo da vítima. Tal violência sexual se materializa em uma lógica que danifica corpos e é, em sua maioria, estruturada nas dinâmicas sociais, ficando invisível, dado a ocorrência prioritariamente em âmbito doméstico ou familiar (SAFIOTTI, 2011).

No mesmo sentido, Connell (2016) aponta que as dinâmicas de gênero dizem respeito também à corporificação social, que se entende como uma assimilação de normas e condutas sociais (com marcadores de gênero culturalmente construídos) que se aplicam ao corpo. Para ela, as relações de gênero estão, portanto, implicadas em múltiplas dimensões de poder e produção. Além disso, reverberam em diversos componentes sociais, tais como: a educação dos filhos, a violência, as práticas institucionais e os modelos econômicos. Estes conjuntos de práticas e ações guardam correlação com a dimensão de gênero e suas diferentes formas de subordinação, que são culturalmente partilhadas.

Segundo Connell (2014), um ponto importante a ser destacado no que se refere aos estudos desta temática diz respeito ao entendimento de que a abordagem de gênero não se refere unicamente à duas categorias dicotômicas, ou seja, masculino e feminino. A pluralidade de vozes em movimentos feministas tem contribuído para a construção de modelos teóricos que

consideram gênero como uma categoria social, que se implica em diversas questões sociais, como a violência contra homossexuais, travestis e transsexuais; os abusos sexuais intrafamiliares; a ocorrência de feminicídios; o desemprego; e a luta por posse de terras (CONNELL; MESSERSCHIMIDT, 2013; CONNELL, 2014).

Os estudos de gênero contemporâneos, bem como as suas implicações na cultura e sociedade, têm mostrado diferentes formas de subjetivação e generificação possíveis aos sujeitos (CONNELL, 2016; ZANELLO, 2018). Os dispositivos de gênero operam de formas diferentes, a partir dos signos atribuídos pela cultura. Em nossa sociedade, para os homens, costuma haver um predomínio de subjetivação a partir do exercício da virilidade sexual (por exemplo, ter muitas parceiras amorosas) e laborativa (ser consumidor e provedor do lar), que são considerados como parâmetros ideais na masculinidade hegemônica; por outro lado, ao não ter acesso a estes ideais, frequentemente, acionam-se modos de compensação por meio da violência virilista (ZANELLO, 2018).

As dinâmicas de gênero também atuam no cotidiano institucional em ambientes de privação de liberdade, em discursos e práticas tanto dos adolescentes quanto dos profissionais que lá atuam. Estas dinâmicas podem se manifestar, por exemplo, através da desvalorização da sensibilidade e do uso da violência, em uma lógica retributiva e de exercício de poder (YOKOY DE SOUZA, 2007). Notadamente, no que se refere ao exercício retributivo da violência, há notícias da prática de violência sexual ou física contra os que respondem judicialmente por estupro, em uma lógica de supostamente reparar a desonra dos homens (MACHADO, 1998).

A seguir, é enunciada a metodologia desenvolvida para a pesquisa, com a apresentação da pesquisa documental, dos procedimentos éticos de pesquisa, do instrumento de pesquisa e dos processos de construção e análise dos dados de pesquisa.

2. Metodologia

Nesta pesquisa, foi realizada análise documental de processos judiciais de dois adolescentes do DF, cujos atos infracionais relacionavam-se a ofensas sexuais e que foram sentenciados para o cumprimento de medida socioeducativa de internação em estabelecimento educacional.

Cellard (2012) aponta que, por vezes, o documento examinado durante o percurso de pesquisa cumpre a função de ser o único resgate memorial de fatos relacionados a um passado recente. O documento pode até permitir análises sobre o desenvolvimento de alguns atores (órgãos públicos, profissionais, agentes da comunidade, indivíduos) ao longo de um espaço de tempo.

Pondera-se que, se por um lado, a análise documental tem a potencialidade de retirar a influência que a pesquisadora pode vir a exercer sobre o sujeito da pesquisa, por outro, é necessário considerar que se trata de uma investigação de mão única, não podendo ser exigidas do documento examinado informações suplementares que possam vir a sanar eventuais novas indagações que emergjam durante a pesquisa (CELLARD, 2012, p. 295-296).

Lima (2014) fala sobre a necessidade do cuidado por parte do pesquisador ao ter acesso a documentos, já que não foram produzidos com outra finalidade que não a sociológica, e representam atores implicados em instituições de controle social, como é o caso da amostra que se pretende analisar nesta pesquisa. O arquivo pesquisado é produzido por agentes do Estado que traduzem concepções circunscritas no tempo-espaço em que foi confeccionado. Isso remete à necessidade de uma leitura que considere o contexto da época e os componentes sociais e simbólicos ali expressos. Além disso, o foco escolhido na narrativa dos documentos pesquisados pode traduzir os níveis de significância atribuídos às informações ali descritas, em detrimento de outros fatos que poderiam compor os mesmos documentos institucionais (CICOUREL, 1968 apud LIMA, 2014).

Essa compreensão a respeito das relações simbólicas de poder também é compartilhada por Bourdieu, para o qual a linguagem é tida como um instrumento de poder, estando relacionada intrinsecamente com a posição social ocupada pelo emissor da informação e pelos receptores desta (OLIVEIRA; SILVA; 2005). Essa questão torna-se evidente em processos judiciais, como é o caso desta pesquisa. A própria redação jurídica possui um efeito de neutralizar muitas narrativas, por exemplo, pouco expressando o discurso dos sujeitos que são alvos do processo e priorizando a fala do Estado, a partir dos filtros de redação empregados pelos agentes que escrevem (OLIVEIRA; SILVA; 2005).

Lima (2014) conduziu uma investigação em que analisou diversos trabalhos acadêmicos da área a respeito da análise de documentos como metodologia de pesquisa sobre instituições que executam ou estejam diretamente ligadas ao cumprimento de medida socioeducativa, tais como: Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública. Para a

autora, um dos limites deste tipo de investigação é o de que, em geral, os documentos, escritos por profissionais da execução da medida ou do acompanhamento jurídico da medida socioeducativa, cumprem a função de tentar convencer a outra parte sobre seu parecer ou ponto de vista. Os relatórios avaliativos que constam no processo, por exemplo, costumam ser produtos de uma relação com níveis desiguais de saber, partindo do ponto de vista do profissional que os escreve e descreve o adolescente. Este se encontra sob a tutela do Estado para o cumprimento da medida socioeducativa e é o objeto de avaliação, a ser descrito, retratado e mencionado por quem escreve o relatório.

Ainda assim, é importante destacar que uma vantagem desse tipo de investigação é analisar peças diversas de um processo em que constam pareceres de diferentes instâncias de poder (judiciário e executivo):

A análise documental mostra-se como ferramenta imprescindível para compreender as formas classificatórias manejadas no cotidiano da instituição de medida socioeducativa, a fim de compreender melhor as relações e disputas de poder, bem como para avaliar em que medida o que consta na letra da lei é vivenciado pelos atores em sua rotina de trabalho dentro de uma instituição punitiva. (LIMA, 2014, p. 213)

Nesta pesquisa, é necessário citar que alguns documentos analisados nos processos judiciais foram elaborados com a participação da própria pesquisadora, considerando seu período de atuação enquanto psicóloga em uma unidade de internação do Distrito Federal. Foi realizado um processo de deslocamento do lugar de avaliadora² para o lugar de pesquisadora, que lê e analisa os processos judiciais. Foi possível observar em que medida aquilo que foi narrado nos documentos processuais pode, de fato, traduzir o cotidiano institucional e se refletir sobre como a escrita, por exemplo, de um relatório técnico, foi assimilada pela outra esfera do poder (judicial).

Destarte, a análise documental realizada na pesquisa foi baseada nos processos judiciais de dois adolescentes que iniciaram o cumprimento de medida socioeducativa de internação em estabelecimento educacional no DF, em 2017, por ato infracional análogo à ofensa sexual. A escolha de pesquisar o ano de 2017 se deve em função do último levantamento

² Termo utilizado para deixar claro ao leitor que, apesar da atuação enquanto psicóloga no sistema socioeducativo, a pesquisadora também era a profissional responsável por produzir o relatório avaliativo de muitos adolescentes que se encontram em cumprimento de medida socioeducativa. É este documento que atualiza o poder judiciário com informações sobre os socioeducandos. Faz-se o esclarecimento de que na pesquisa, foi empreendida a análise documental de processos judiciais de dois adolescentes, incluindo seus relatórios avaliativos.

de dados de adolescentes que deram entrada no sistema socioeducativo do DF³ ser justamente do ano supramencionado (SECRIANÇA, 2018).

Procedeu-se a construção de um protocolo de investigação (Apêndice I – Protocolo de pesquisa documental), que foi utilizado como guia durante toda a coleta de dados. O instrumento foi composto por 10 itens que diziam respeito a: 1) marcadores sociais sobre o adolescente/jovem; 2) histórico de atos infracionais e medidas socioeducativas já cumpridas; 3) vínculos sociofamiliares e comunitários do adolescente/jovem; 4) vulnerabilidades, riscos sociais e/ou violações de direitos na infância e/ou adolescência; 5) acesso a equipamentos de políticas públicas e órgãos de defesa de direitos; 6) acesso a atividades ocupacionais, esportivas e/ou recreativas; 7) ações de atendimento socioeducativo ofertadas; 8) ações de articulação com rede intersetorial; 9) desafios do atendimento socioeducativo ao adolescente/jovem na unidade de internação; e 10) observações gerais e notas de campo.

Foi protocolado o pedido para acesso aos processos judiciais junto à Vara de Execuções de Medidas Socioeducativas – VEMSE do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). Após a obtenção do aceite para a pesquisa (Anexo I), a proposta de pesquisa foi encaminhada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Brasília (Anexo II).

Posteriormente, seguiu-se à coleta de dados, que ocorreu durante 4 tardes no prédio em que se situa a VEMSE. A escolha dos processos judiciais se deu de maneira aleatória, dentre os que atendiam ao requisito de se referir a adolescentes que estavam ou já tinham passado pela medida socioeducativa de internação por ato infracional análogo a ofensa de natureza sexual.

Os documentos analisados na pesquisa documental foram aqueles presentes nos processos judiciais, onde constam: Termos de Audiência; Sentença; Relatórios Técnicos Multidisciplinares que digam respeito à etapa de apuração do ato infracional e execução da medida; Relatórios de Ocorrências Disciplinares; Petições Diretas (redigidas pelo próprio adolescente); Petições formuladas pela Defensoria Pública; Atas de Estudo de Caso; Ofícios e Decisões Judiciais; Plano Individual de Atendimento; bem como Relatórios Avaliativos e Relatórios Informativos.

O processo de análise e a divulgação dos resultados obtidos na pesquisa respeitam os princípios de sigilo ético, não havendo menção a nomes ou características pessoais que possam

³ Os dados são compilados através do Anuário do Atendimento Socioeducativo Inicial do Núcleo de Atendimento Integrado – NAI/UAI – DF (2017).

identificar os adolescentes e/ou os profissionais responsáveis pela produção dos documentos a serem analisados, também em observância ao art. 247 do ECA, Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990 (BRASIL, 1990). Os dois adolescentes são caracterizados nesta pesquisa por meio de nomes fictícios: Pedro e Matheus.

3. Resultados e Discussão

Por meio da análise documental dos processos judiciais, foi possível obter dados de dois adolescentes que adentraram a medida socioeducativa de internação em estabelecimento educacional após prática de ato infracional análogo à ofensa sexual. Embora o universo pesquisado tenha sido uma quantidade restrita, foram levantadas relevantes informações sobre o histórico de vida e o percurso institucional vivenciado pelos adolescentes, bem como sobre as intervenções que foram delineadas e os limites do acompanhamento em uma unidade de privação de liberdade. Ressalta-se que as informações descritas nos documentos analisados partem do ponto de vista daqueles que tiveram contato direto com os adolescentes e transcreveram as informações que julgaram importantes e necessárias a serem repassadas ao poder judiciário.

Os resultados foram divididos em três seções: uma dedicada à descrição dos dados pessoais, histórico de vida e vulnerabilidades de cada adolescente; e outra dedicada à investigação do percurso institucional dos dois, bem como às estratégias interventivas e acompanhamento socioeducativo.

3.1. O que se conta sobre o histórico de vida dos adolescentes

Pedro

De acordo com os registros documentais, Pedro adentrou ao sistema socioeducativo quando estava com 16 anos. Ele estava com uma lesão na cabeça, que foi fruto de agressões de pessoas de sua comunidade, após a descoberta da natureza sexual do ato infracional por ele praticado. Embora o processo judicial ainda estivesse na fase inicial de apuração, antes mesmo de Pedro dar entrada na Unidade de Atendimento Inicial – UAI, que é a porta de entrada do sistema socioeducativo, o adolescente já havia sido socialmente condenado pela comunidade.

Devido à gravidade da lesão, ele ficou internado em hospital da rede pública a maior parte do tempo em que deveria estar sendo acompanhado pela Unidade de Internação Provisória, enquanto o processo judicial era instruído até que fosse proferida a decisão judicial sobre a decisão a ser aplicada em seu caso. Até então, não havia registros de passagens anteriores do adolescente pelo sistema socioeducativo.

Pedro havia cursado até a 4ª série do Ensino Fundamental e, à época de sua apreensão, estava evadido da escola. Ele residia com o genitor, a madrasta e mais um irmão mais novo. Não há informações no processo sobre a renda da família. Após a apreensão do adolescente, os vínculos familiares foram rompidos, uma vez que a violência sexual fora praticada contra uma pessoa da família.

Sobre seu histórico de vida, menciona-se que ele havia experienciado previamente medida protetiva de acolhimento institucional, tendo morado em uma instituição de acolhimento por cerca de 07 anos, após a guarda da sua genitora ter sido retirada. Posteriormente, Pedro passou a residir com o pai, mas também teve passagens pela casa de dois outros tios, que ficaram responsáveis por seus cuidados, em períodos que o genitor esteve em regime de privação de liberdade.

Foram encontradas menções às seguintes vulnerabilidades e riscos sociais nos documentos de Pedro: situação de pobreza ou extrema pobreza; condições precárias de moradia; dificuldades de acesso a escolarização; baixa escolaridade; trabalho infanto-juvenil; negligência familiar; omissão familiar.

Foi possível identificar as seguintes violações de direitos na infância e/ou adolescência de Pedro: violência psicológica, praticada pela madrasta e pelo genitor por meio de xingamentos e agressões verbais; e violência sexual, praticada por um conhecido da família e que não havia sido relatada. Além disso, no processo judicial, há menção de que o adolescente havia passado por episódios de privação de comida por parte da madrasta.

Sobre o período em que esteve em uma instituição de acolhimento, o relatório encaminhado ao judiciário registra que o adolescente havia mencionado que preferia ter continuado lá, ao invés de ter ido morar com o genitor. Antes de ser acolhido, Pedro estava sob os cuidados da genitora e em situação de rua. O documento menciona, ainda, trechos extraídos do relatório da unidade de acolhimento institucional: *“a genitora, quando visitava o abrigo, mostrava-se desorientada, intolerante, na defensiva”*. Essa foi uma das poucas menções às figuras familiares do adolescente descritas nos documentos técnicos da unidade de medida

socioeducativa, que também apontava que o paradeiro da mãe de Pedro era desconhecido pelos familiares e pelo Conselho Tutelar, que acompanhou o caso dele antes de sua apreensão.

Matheus

O processo judicial aponta que, quando Matheus foi sentenciado para o cumprimento de medida socioeducativa de internação, ele estava com 16 anos, havia estudado até o 7º ano do Ensino Fundamental, mas encontrava-se evadido da escola. O adolescente residia com a genitora e com duas irmãs menores. A renda da família era em torno de meio salário mínimo vigente à época, proveniente da pensão alimentícia de uma das irmãs do adolescente.

Os genitores de Matheus estavam separados desde quando ele tinha por volta de 1 ano de idade, sendo que, de acordo com os documentos elaborados pela unidade de internação, o genitor não era uma figura presente na vida do filho.

Matheus havia tido duas passagens pela prática de ato infracional análogo à ofensa de natureza sexual. Nas duas situações, a violência esteve circunscrita ao âmbito intrafamiliar, sendo que, em sua segunda passagem, o adolescente foi sentenciado para a medida socioeducativa de internação.

Foram feitas as menções às seguintes vulnerabilidades e riscos sociais presentes no histórico de vida e vivência do adolescente: situação de pobreza ou extrema pobreza; condições precárias de moradia; condições precárias de mobilidade e acesso ao serviço de transporte; dificuldades de acesso à escolarização; baixa escolaridade; trabalho infanto-juvenil; uso indevido e/ou abuso de drogas; negligência familiar; e omissão familiar.

A respeito das violações de direitos de que fora vítima na infância e/ou adolescência, foi possível identificar através dos registros: histórico de violência física e sexual, praticada pelo filho do ex-marido da genitora. De acordo com a narrativa feita pelos profissionais da Unidade de Internação, à época dos fatos, não foram tomadas providências pelos adultos responsáveis pelos adolescentes de modo a sanar ou responsabilizar seu agressor.

De acordo com a consulta ao processo judicial dos dois adolescentes, observa-se que as trajetórias de desenvolvimento de ambos comungam de relatos de experiências de maus-tratos na infância, com a possibilidade de terem também vítimas de violência sexual. Sabe-se que não necessariamente todo adolescente que comete ofensas de natureza sexual também foi

vítima em seu passado, mas a literatura indica que é comum a convivência em lares pouco protetivos, bem como episódios de maus-tratos (MARSHAL, 2001 apud COSTA et al., 2011).

Domingues (2016) aponta a importância de superar o silenciamento em torno da violência sexual, para que se possa combatê-la e preveni-la no bojo da sociedade, provendo atendimentos para vítimas e meios de responsabilização para os autores. Nesse sentido, os processos judiciais dos dois adolescentes apontam que eles também passaram por um encadeamento de silenciamento anterior, quando foram vítimas de violações.

Da mesma maneira, as vulnerabilidades socioeconômicas são preponderantes no histórico de vida tanto de Pedro quanto de Matheus e aparecem nos registros institucionais que constam os processos judiciais. De tal forma, depreende-se a conduta infracional foi circunscrita por diversas outras condições violadoras na família ou na sociedade, em uma dinâmica relacional que não se restringe apenas à dimensão da violência sexual (DOMINGUES, 2016).

Isto posto, é necessário reforçar quão imperiosa parece ser a amplitude do trabalho socioeducativo, no sentido de buscar romper com processos meramente punitivos e buscar intervenções que compreendam e dialoguem com o contexto de desenvolvimento dos adolescentes, suas dinâmicas relacionais, bem como aspectos culturais da nossa sociedade (RODRIGUES; LOPES DE OLIVEIRA, 2016; LOPES DE OLIVEIRA; COSTA; CAMARGO 2018).

Outro aspecto comum aos dois adolescentes diz respeito aos escassos acompanhamentos efetivos realizados por órgãos garantidores de crianças e adolescentes, especialmente na faixa etária correspondente a entrada na adolescência (a partir de 12 anos). Em que pese as diversas vulnerabilidades socioeconômicas descritas nos relatórios judiciais, anteriores à entrada no sistema socioeducativo, nenhum dos jovens pesquisados encontrava-se vinculado à escola ou em acompanhamento pela rede de proteção social nos territórios em que viviam.

3.2. O que os documentos descrevem sobre o percurso institucional dos adolescentes

Nesta seção, são apresentados dados sobre o cumprimento da medida socioeducativa, o cotidiano institucional, as intervenções socioeducativas propostas, as atividades

desenvolvidas e as comunicações entre as duas esferas do poder envolvidas (judiciário e executivo).

Pedro

Os primeiros documentos encaminhados pelos servidores da Unidade de Internação responsável por acompanhar Pedro, além de descrever o histórico de vida do adolescente e informações atualizadas sobre a atual condição de vida, também noticiavam como era realizado o acompanhamento da medida socioeducativa, as intervenções propostas e desafios enfrentados no cotidiano de atendimentos.

Nos documentos iniciais, chamam atenção os relatos acerca da situação de risco envolvendo o adolescente: *“a medida socioeducativa vem sendo marcada por violações aos direitos do adolescente”*; *“ao adentrar o módulo os adolescentes reagiram com xingamentos e ameaças”*; *“foi preciso envidar esforços que resguardassem a integridade física e psíquica do adolescente”*.

Além disso, foi encontrada menção sobre agressões físicas sofridas por Pedro, praticadas por outro adolescente com o qual dividia o alojamento, e que resultaram no registro de uma ocorrência disciplinar dentro da Unidade de Internação. Neste registro, há a menção de que um outro adolescente descobriu a natureza do ato infracional praticado por Pedro e *“solicitou aos demais que tentassem contra a vida dele”*.

Nesse mesmo sentido, a Defensoria Pública elaborou uma petição e mencionou *“como se sabe, adolescentes envolvidos em ofensas sexuais são violentamente recriminados por outros adolescentes dentro das unidades de internação. Em seus códigos de condutas internos, os denominados ‘jack’ possuem seus mais básicos direitos desrespeitados, tornando-se muito mais difícil seu processo socioeducativo”*.

A partir da investigação documental, pode ser verificada a execução das seguintes ações de atendimento socioeducativo ofertadas para Pedro: escolarização na Unidade de Internação; participação em atividades recreativas (sessões de filmes e atividade esportivas); atividades de cunho ocupacional (aulas de violão); elaboração de relatórios técnicos; práticas para reinserção familiar e comunitária do adolescente. Dentre as últimas, relata-se o acionamento do Conselho Tutelar, do Centro de Referência Especializado em Assistência

Social – CREAS e de pessoas próximas à família, além de visitas domiciliares e atendimentos aos familiares na Unidade.

Como ações de articulação intersetorial, foram citados: discussão de casos com outros profissionais da rede; reuniões da rede intersetorial no território; e encaminhamentos para serviços públicos externos, tais como CREAS, Conselho Tutelar e Sistema Único de Saúde (SUS).

Citam-se, ainda, como desafios do atendimento socioeducativo relacionados ao caso de Pedro: o envolvimento do adolescente em ocorrências disciplinares; dificuldade de frequentar atividades coletivas de lazer e esportivas, devido à insegurança em relação ao grupo de adolescentes; dificuldade de frequentar atividades ocupacionais, devido à insegurança; além de episódios de agressões físicas e verbais por parte dos demais adolescentes, motivados pela rejeição do ato infracional cometido.

A análise do processo judicial de Pedro permitiu verificar que, no Plano Individual do Adolescente, constava a necessidade de intervenções com abordagens específicas a respeito da violência perpetrada pelo adolescente, no que diz respeito ao exercício da sexualidade, ao estabelecimento de limites e respeito nas relações, e a violências nas relações familiares. No entanto, ao longo dos demais documentos, não foram encontradas mais menções a respeito dos resultados dessas intervenções (ou mesmo se estas foram concretizadas).

Matheus

O percurso institucional de Matheus não diverge tanto do que aconteceu com Pedro. O primeiro documento elaborado pela Unidade responsável pela execução da medida socioeducativa, o Plano Individual de Atendimento (PIA), já relata que *“o socioeducando cometeu ato infracional que não é aceito pelos demais internos e, por essa razão, foi necessário que o adolescente fosse alojado em módulo diferenciado, separado do convívio com os demais internos, para preservação de sua integridade física”*.

Posteriormente, ao processo judicial do socioeducando, foram se somando notícias a respeito do envolvimento em ocorrências disciplinares que tinham como motivação a rejeição do ato infracional de Matheus por parte dos demais adolescentes. Em relatórios de ocorrência

disciplinar, consta que: *“João⁴ coagiu Matheus que para agredisse e matasse outro jovem que responde por violência similar”*. Matheus foi vítima de uma tentativa de homicídio dentro da Unidade de Internação. Após o fato, no relato de Audiência realizada para avaliação do adolescente durante a medida, identificou-se que: *“que foram os agentes que instigaram o fato, espalhando que ele estava sentenciado por estupro”*. A análise do processo judicial permitiu identificar ao todo quatro ocorrências disciplinares ao longo de seis meses de cumprimento da medida de internação, significadas como provocadas pelo julgamento dos demais socioeducandos acerca do ato infracional praticado por Matheus.

Da mesma maneira que o processo de Pedro, também o de Matheus faz menção no Plano Individual de Atendimento sobre o objetivo de direcionar as intervenções relacionadas aos temas da sexualidade, violência de gênero, violências nas relações familiares e respeito interpessoal. Não obstante, os demais documentos que tratam sobre o efetivo acompanhamento dos adolescentes mencionam a impossibilidade/dificuldade de realizar as intervenções, devido à situações de insegurança no convívio com os demais socioeducandos, bem como a inviabilidade de atendimentos externos à Unidade de Internação, seja pela impraticabilidade de realização de acompanhamento externo, seja pela inexistência de programa de atendimentos na rede de saúde pública.

O percurso institucional de Matheus aponta diversas vezes para a dificuldade de realização de atividades coletivas no contexto da Unidade de Internação, devido à ameaça existente contra a sua integridade física. Impressiona, na narração da audiência junto ao judiciário, o apontamento que os responsáveis por divulgar o ato infracional pelo qual estava respondendo seriam alguns servidores (responsáveis por garantir a disciplina, a segurança e a proteção dos adolescentes). O adolescente parece ter sido alvo de julgamento moral tanto por parte dos demais socioeducandos quanto por parte de servidores. Em trechos dos primeiros relatórios produzidos pela Unidade de Internação, a situação de ameaça foi assim relatada: *“foi preciso envidar esforços que resguardassem a integridade física e psíquica do adolescente, devido às diversas ameaças que sofreu nos últimos meses”*; *“queixa-se constantemente de xingamentos e ameaças”*.

Em linhas gerais, foram apontadas como ações de atendimento socioeducativo ofertadas a Matheus: atendimentos individuais; escolarização (inicialmente em salas separadas, até que pudesse frequentar as turmas com os demais); atendimentos familiares; atividades de

⁴ Nome fictício.

cunho ocupacionais (também separando o adolescente dos demais ou em turma reduzida); visitas familiares frequentes à unidade de internação; e a elaboração de relatórios técnicos.

Como estratégia de articulação com a rede intersetorial, foram realizadas as seguintes ações ao longo do atendimento socioeducativo de Matheus: discussão de caso com profissionais da rede; reuniões da rede intersetorial no território; e encaminhamentos para serviços públicos externos, como: o Programa de Atenção e Vigilância às Vítimas de Violência, o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.

Foram apontados como desafios para o atendimento socioeducativo ao adolescente na unidade de internação: envolvimento do adolescente em ocorrências disciplinares; dificuldade de convivências com os demais adolescentes; insegurança do adolescente em espaço escolar; dificuldade na participação em atividades profissionalizantes; dificuldades na relação entre o adolescente e os socioeducadores; dificuldades para a realização de visitas familiares; dificuldade de participação em atividades coletivas de lazer, esportivas e ocupacionais, devido à insegurança em relação ao grupo de socioeducandos; divulgação na natureza do ato infracional cometido aos demais adolescentes; episódios de agressões físicas ou verbais de que tenha sido vítima, motivada pela rejeição da natureza do ato infracional cometido.

A partir das informações obtidas mediante análise de processos judiciais de Pedro e Matheus, foi possível perceber, de forma ainda que indireta, como tem sido o percurso institucional de adolescentes que são inseridos na medida socioeducativa de internação. Entretanto, isto é realizado a partir da ótica dos agentes de Estado que produzem os documentos judiciais. Estes também fazem formulações de acordo com os filtros que a justiça impõe para a construção de sua narrativa (OLIVEIRA; SILVA, 2005).

A narrativa acerca do percurso institucional dos adolescentes menciona os riscos envolvidos na convivência com os demais socioeducandos, devido à natureza sexual do ato infracional cometido. Também há menção de que alguns socioeducadores contribuem para a prática de insultos contra adolescentes a quem se atribui ofensas sexuais, parecendo operar em uma lógica de caráter retributivo da violência (MACHADO, 1998).

Os processos judiciais dos dois adolescentes mencionam riscos de convívio com os demais e a possibilidade da violência ter sido instigada por alguns socioeducadores: *“como se sabe, adolescentes envolvidos em ofensas sexuais são violentamente recriminados por outros adolescentes dentro das unidades de internação”*. Estas menções convergem no sentido de que

a execução da sanção judicial de internação em estabelecimento educacional parece oferecer riscos no convívio com outros adolescentes (MACHADO, 1998; DOMINGUES, 2016) ou até mesmo com os profissionais que são responsáveis por acompanhar os adolescentes e atuar para garantir a integridade física deles, especialmente ao se considerar a complexidade que envolve a ocorrência da ofensa sexual (DELL'AGLIO; MOURA; SANTOS, 2011).

A violência retributiva dentro do contexto institucional pode se dar, conforme aponta Machado (1998), por meio da reprodução da violência sexual, da estigmatização dentro da unidade de privação de liberdade e/ou de ou práticas de humilhação, segregação e subordinação. Essas práticas tendem a ser justificadas socialmente como um meio de condenar a ofensa sexual cometida e podem ser convertidas como instrumento correccional dentro da instituição. No entanto, apenas reproduzem e perpetuam ciclos de violência no espaço institucional, sem que haja uma censura quanto à violência sexual na sociedade, ou seja, passa a ser, então, tolerada e justificada em uma perspectiva de “justiçamento” (MACHADO, 1998).

A ocorrência de atos violentos como métodos supostamente correccionais e de exercício de poder também pode estar relacionada à subjetivação machista e aos ideais de masculinidade, engendrados na cultura brasileira, relacionados ao exercício do domínio sobre o outro através da violência e da coerção (ZANELLO, 2018). Muito embora, nesse viés, seja necessário fazer a ressalva de que a maioria dos adolescentes que se encontra em cumprimento de medida socioeducativa de internação não corresponda ao ideal de masculinidade hegemônica (homens brancos, com acesso a bens de consumo); em sua maioria, são pretos ou pardos e com baixo poder aquisitivo (BRASIL, 2017). Nessa lógica, a prática da violência de adolescentes contra outros também inseridos no cumprimento de medida socioeducativa diz sobre a reafirmação da masculinidade, a partir da subordinação de grupos vulneráveis ou indesejáveis (SILVA, 2014).

Da mesma maneira, tem-se o grave relato constante no processo judicial do adolescente Matheus de que alguns socioeducadores teriam instigado os demais adolescentes a agredi-lo fisicamente. Tal conduta parece ter a ver com eventuais julgamentos morais assimilados de maneira geral pela sociedade e que esses profissionais também podem ter em relação a adolescentes que cometeram ofensas sexuais. Não obstante, o uso da violência como método correccional, a crença de que punições mais rígidas e a atuação em uma lógica de retributiva da violação tem sido um achado comum de quem se dedica a estudar a aplicação das medidas socioeducativas (YOKOY DE SOUZA, 2007; VALENTE; LOPES DE OLIVEIRA, 2015; SCISLESKI; et al., 2016)

3.3 Documentos que não comunicam

Durante a análise documental, foi notória a importância de se considerar os desdobramentos das comunicações escritas sobre a execução das medidas socioeducativas, dado que seu acompanhamento move-se através do que é dito, noticiado e relatado pela unidade que executa a medida e que o poder judiciário profere determinações a partir da sua apropriação destas informações.

Além da trajetória de Pedro e de Matheus guardarem similaridade em relação à dificuldade em conviver com os socioeducandos, devido à existência de ameaças, para ambos, foi apresentado um objetivo semelhante descrito no Plano Individual de Atendimento (PIA) deles: a realização de estudo de caso intersetorial para que sejam discutidos encaminhamentos e acompanhamento pela rede do Sistema de Garantia de Direitos. Entre os serviços descritos, há menção, por exemplo, a um programa da rede pública de saúde que realizava atendimentos de adolescentes autores de violência sexual intrafamiliar.

Ao longo da análise dos processos, a menção à realização das ações de atendimento acima citadas foi ficando menor, até deixar de constar em relatórios encaminhados pela Unidade para o sistema de justiça. Assim, deu-se lugar a outra demanda daqueles que acompanhavam o processo dos adolescentes, tanto no poder judiciário quanto executivo: o encaminhamento para atendimento por parte do único dispositivo do Sistema Único de Saúde – SUS que realiza acompanhamento de adolescentes ofensores sexuais no Distrito Federal, através do Programa de Pesquisa, Assistência e Vigilância à Violência (PAV). Tal indicação foi realizada para os dois adolescentes em momentos diferentes do cumprimento da medida socioeducativa.

No processo de Matheus, verificou-se que houve solicitação judicial por três vezes para que o atendimento fosse realizado por parte do órgão de saúde, contida nas seguintes sentenças: *“encaminhamento para a atendimento no PAV”*, *“motivos da recusa do PAV em atender”*, *“determinar que o PAV atenda o jovem”*. Posteriormente, seguiam-se documentos do referido órgão que justificavam a não realização deste atendimento, considerando que a metodologia de atendimento no PAV não contemplava o perfil do socioeducando. Para ser atendido no PAV, de acordo com a análise documental, os adolescentes precisavam não estar em privação de liberdade; participar dos atendimentos acompanhados pelos seus responsáveis; e não ter incorrido em outros atos com emprego de grave violência.

No processo de Pedro, foi possível observar a ocorrência de encaminhamento para o PAV por cinco vezes: *“encaminhar para atendimento no PAV”, “solicita atendimento especializado por parte da saúde”, “solicita que servidores da equipe técnica acompanhem o jovem em atendimento, como estratégia para substituir a ausência de familiar”, “determinar atendimento por parte do PAV”, “determinar que o jovem seja encaminhado para atendimento acompanhado do genitor”*. As respostas para os frequentes pedidos de atendimento elencavam os mesmos critérios para a não realização do atendimento que o processo de Matheus.

Tal situação indica a necessidade do desenvolvimento de estratégias específicas de atendimento socioeducativo e em saúde para adolescentes que tenham envolvimento em atos infracionais de natureza sexual. Considera-se importante, ainda, superar os limites institucionais para o acompanhamento na unidade socioeducativa de privação de liberdade.

As práticas interventivas que se referem às relações de gênero e sexualidade pouco foram relatadas ao longo nos documentos investigados. Desse modo, parece haver ainda dinâmicas de silenciamento e esquiva em tratar sobre temas relacionados à sexualidade e a violências nas relações interpessoais. Tal fenômeno necessita ser superado, a fim de que os profissionais possam dar encaminhamentos mais adequados para superação da violência familiar e responsabilização do adolescente ofensor (DELL’AGLIO; MOURA; SANTOS, 2011; DOMINGUES, 2016).

4. Considerações Finais

A pesquisa investigou o atendimento socioeducativo ofertado a adolescentes a quem se atribui ato infracional relacionado a ofensas sexuais e em cumprimento de medida socioeducativa de internação em estabelecimento educacional no DF, por meio de análise documental de seus processos jurídicos. A pesquisa possui caráter exploratório, considerando a pouca literatura científica sobre o atendimento socioeducativo ofertado a adolescentes que tenham praticado ofensa de natureza sexual, e não teve a pretensão de esgotar o tema. Partiu da premissa de não aderir ao olhar tradicional criminológico, que preconiza tipos psicológicos ou fatores de personalidade que possam ter prevalência para o cometimento de violência sexual; nesse sentido, não buscou realizar investigações individuais sobre possíveis transtornos psicológicos ligados ao comportamento violento. Buscou-se, de outra forma, compreender socioculturalmente o desenvolvimento destes adolescentes, discutir as ações socioeducativas propostas a eles no desafiante contexto da privação de liberdade e o lugar dos profissionais que

realizam o seu acompanhamento durante o cumprimento de medida socioeducativa de internação em estabelecimento educacional.

De tal maneira, o estudo colabora para romper com tabus e silenciamento em torno da violência sexual, por entendê-la enquanto circunscrita em uma sociedade com processos de subjetivação notadamente machistas, patriarcais e misóginos. O enfoque moral frequentemente investido ao tema parece importar-se mais com a aplicação de outra forma de violência, como forma de correção ou “justiçamento”, do que, de fato, compreender a gravidade da violência sexual e sua extensão na sociedade, com a criação de formas eficazes de preveni-la, e de proteger meninas e meninos de sua ocorrência nos diversos meios sociais. Assim, a pesquisa realizada contribui para avanços na política da socioeducação e para a garantia dos direitos de adolescentes que cumprem medida socioeducativa.

Buscar compreender a infância desses adolescentes e assimilar seu desenvolvimento em uma perspectiva sociocultural não quer dizer justificar ou minimizar a ocorrência da conduta delitiva de natureza sexual, que deve, sim, ser responsabilizada e sancionada na forma descrita nos diversos ordenamentos jurídicos. Procurou-se ir além e trazer reflexões aprofundadas sobre o tema, que permitam repensar tanto a prática institucional de unidades operadoras do sistema socioeducativo, quanto as dimensões da violência sexual na sociedade em geral. Faz-se a ressalva de que se a experiência de maus-tratos ou violações fosse, por si só, reparadora ou corretora de comportamentos indesejáveis, esses adolescentes não teriam incorrido na prática de violência sexual, uma vez que eles também experienciaram maus-tratos em sua infância, como ficou evidenciado na pesquisa realizada.

Isto posto, a análise documental dos dois processos judiciais foi etapa importante para aprofundamento de como o acompanhamento institucional de uma unidade socioeducativa tem buscado intervir em casos tão específicos, como o de adolescentes que cometeram atos infracionais de natureza sexual. Não obstante, verificou-se limitação em garantir metodologias de atendimento que resguardecam o convívio com os demais adolescentes ou mesmo a ampliação de intervenções no contexto familiar e social do socioeducando, conforme prevê o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo (BRASIL, 2013).

A metodologia utilizada também apresenta potencialidades para estudos futuros que tenham foco no tema da socioeducação. Considerando a possibilidade de escrutinar como o acompanhamento institucional tem sido realizado e as perspectivas adotadas pelos profissionais que realizam o desafiador trabalho de orientar os adolescentes que se encontram em cumprimento de medida.

Nesse sentido, o que se verificou a partir dos dados analisados, foi que a resposta institucional à entrada desse perfil de adolescentes para o cumprimento de medida socioeducativa tem sido, em geral, a aplicação da privação de liberdade, com poucas oportunidades de mobilizar processos críticos reflexivos sobre a violência sexual e que orientem intervenções voltadas à reinserção comunitária dos adolescentes.

No aspecto da responsabilização dos adolescentes, foi observada a presença de práticas de violência institucional como meio compensatório e retributivo da conduta infracional dos socioeducandos (YOKOY DE SOUZA, 2007). De fato, a transição de aspectos meramente punitivos para condutas de responsabilização críticas e dialógicas é um caminho que ainda precisa ser percorrido, de maneira geral, na aplicação das medidas socioeducativas (VALENTE; LOPES DE OLIVEIRA, 2015).

É necessário destacar que a pesquisa realizada teve um grupo de sujeitos limitado, com a investigação apenas dos documentos judiciais. Sugere-se, para futuros estudos, a condução de pesquisa que considere também a opinião dos adolescentes, uma vez que, na análise de documentos, a narrativa investigada é somente daquele que escreve os relatórios e demais documentos judiciais (OLIVEIRA; SILVA, 2005). Outra possibilidade a ser explorada futuramente é também a investigação de crenças e percepções dos servidores envolvidos no acompanhamento socioeducativo. Desta maneira, poderia buscar maior aprofundamento sobre os limites e potencialidades de intervenções socioeducativas para adolescentes que tenham envolvimento em violência sexual.

O maior aprofundamento de estudos investigativos sobre essa temática permitiria também verificar informações quanto às dinâmicas familiares transgeracionais dos adolescentes, as vulnerabilidades socioeconômicas, bem como ampliar percepção sobre como as dinâmicas de gênero, em especial o machismo, podem ser relacionadas à ocorrência da violência sexual.

Outro aspecto a ser explorado mediante consulta aos documentos dos processos judiciais refere-se à uma análise mais aprofundada do conteúdo escrito, de modo a verificar a frequência com que palavras como gênero e sexualidade aparecem nos relatórios produzidos. Ou, ainda, indagar sobre a hipótese de correlação entre o gênero de quem escreve o documento e a ocorrência dos termos supracitados em uma perspectiva crítica interventiva a ser realizada com os adolescentes que cometeram atos infracionais de natureza sexual.

Por fim, a investigação os processos judiciais dos adolescentes e as reflexões sobre os caminhos adotados durante a condução do processo socioeducativo levam a propor a criação de grupos de trabalho em que se construam protocolos de atendimentos específicos para este

perfil de jovens. Busca-se, com isso, que a atuação realizada por profissionais socioeducativos seja mais eficaz, por compreender que intervir e dar orientação adequada também aos ofensores sexuais é uma maneira de prevenir e evitar a reincidência do comportamento violador.

5. Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei nº 8069/1990, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm> Acesso em: 30 maio 2019.

BRASIL. Resolução CONANDA nº 119/2006. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE**. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Brasília: CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

BRASIL. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Brasília. **Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e dá outras providências**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm>. Acesso em: 30 maio 2019.

BRASIL. Resolução CONANDA nº 160/2013. **Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo. Secretaria Especial de Direitos Humanos**. Brasília: CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

BRASIL. **Levantamento anual SINASE 2017**. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoAnualdoSINASE2017.pdf/view>>. Acesso em: 26 mar. 2020.

CELLARD, André. A análise documental (p. 295-316). In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CONNELL, Robert; MESSERSCHIMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, jan. 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ref/v21n1/14.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2019.

CONNELL, Raewyn. Questões de gênero e justiça social. **Século XXI Revista de Ciências Sociais**, v. 4, n. 2, p. 11-48, jan-jun. 2014. Disponível em <<https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/17033>>. Acesso em 27 nov. 2019.

CONNELL, Raewyn. A colonialidade do gênero (p. 25-44). **Gênero em termos reais**. São Paulo: nVersos, 2016.

COSTA, Bruno Nogueira da Silva; COSTA, Liana Fortunato. Perpetrador e vítima: o adolescente que cometeu ofensa sexual. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Ninez y Juventud**, Colômbia, v. 11, n. 2, jul-dic. 2013.

COSTA, Liana Fortunato et al. “Ministério da Obrigação adverte”: é preciso proteger os adolescentes ofensores sexuais. **Avances en Psicología Latinoamericana**, Bogotá, v. 1, n. 29, p. 33-46, jun. 2011.

COSTA, Liana Fortunato et al. As relações familiares do adolescente ofensor sexual. **Psico-usf**, Bragança Paulista, v. 18, n. 1, p. 33-44, jan/abr 2013. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=401036093005>>. Acesso em: 02 fev. 2019.

DELL'AGLIO, Débora Dalbosco; MOURA, Andreína; SANTOS, Samara Silva dos. Atendimento a mães de vítimas de abuso sexual e abusadores: considerações teóricas e práticas. **Psicol. clin.**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 53-73, 2011. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652011000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 mar. 2019.

DOMINGUES, Daniela Fontoura. **Adolescentes em situação de ofensa sexual intrafamiliar: conhecer e intervir para prevenir a reincidência**. 2016. 175f. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/21222>>. Acesso em: 1º dez. 2019.

LIMA, Juliana Vinuto. Potencialidades da análise documental para pesquisas sobre instituições de medida socioeducativa. **Cad. de Pesq. Interdisc. em Ci-s. Hum-s.**, Florianópolis, v. 15, n. 107, p. 197-214, ago/dez 2014.

LOPES DE OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos; COSTA, Daniela Lemos Pantoja; CAMARGO, Carolina Knihs de. Infração juvenil feminina e socioeducação: um enfoque cultural e de gênero. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 72-92, abr. 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812018000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 12 out. 2019.

MACHADO, Lia Zanotta. Masculinidade, sexualidade e estupro: as construções da virilidade. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 11, p. 231-273, 1998.

MELO, Gleice Arruda de; SOUSA, Sônia M. Gomes. O adolescente autor de violência sexual e as medidas socioeducativas. In: Sônia m. gomes souza (org.). **Adolescentes autores de atos infracionais: estudos psicossociais**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2013. p. 103-127. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/biblioteca/crianca-e-adolescente/adolescentes-autores-de-atos-infracionais-estudos-psicossociais-adolescentes_miolo-leitura.pdf/view>. Acesso em: 10 dez. 2019.

OLIVEIRA, Fabiana Luci de; SILVA, Virgínia Ferreira da. Processos judiciais como fonte de dados: poder e interpretação. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 7, n. 13, p. 244-259, jan/jun 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n13/23563.pdf>>. Acesso em: 06 fev. 2020.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SCISLESKI, Andrea Cristina Coelho et al. Racismo de Estado e tanatopolítica: reflexões sobre os jovens e a lei. **Fractal: Revista de Psicologia**, Campo Grande, v. 28, n. 1, p. 84-93, jan-abr, 2016.

SILVA, Caio Andréo. **Masculinidades e violências em narrativas de vida de jovens em conflito com a lei**. 2014. 156 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/123132>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE. **Anuário do Atendimento Socioeducativo Inicial do Núcleo de Atendimento Integrado – NAI/UAI-DF 2017**. Brasília: Governo do Distrito Federal, 2018. Disponível em: <<http://www.crianca.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/12/ANUÁRIO-NAI-2017-FINAL-14-12-2018.pdf>>. Acesso em: 04 maio 2019.

RODRIGUES, Dayane Silva; LOPES DE OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos. Psicologia Cultural e Socioeducação: Reflexões sobre Desenvolvimento Humano e Infração Juvenil. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, v. 1, n. 16, p. 104-118, abr. 2016.

VALENTE, Fernanda Pinheiro Rebouças; LOPES DE OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos. Para além da punição: (re)construindo o conceito de responsabilização socioeducativa. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 853-870, 2015.

VIEIRA, Vinolia Costa. **Perfil dos adolescentes acusados de ofensores sexuais de crianças e adolescentes**. 2017. 109f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Criminologia, Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2017. Cap. 1. Disponível em: <https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/6925/1/DM_Vin%20Vieira.pdf>. Acesso em: 20 set. 2019.

YOKOY DE SOUZA, Tatiana. **Um estudo dialógico sobre institucionalização e subjetivação de adolescentes em uma casa de semiliberdade**. 2007. 180f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

YOKOY DE SOUZA, Tatiana; LOPES DE OLIVEIRA, Maria Cláudia; RODRIGUES, Dayane Silva. Adolescência como fenômeno social. Contextualização socioeconômica das adolescências brasileiras. In: BISINOTO, Cynthia (Org.), **Docência na Socioeducação** (p. 119-145). Brasília: Universidade de Brasília. Disponível em: <<https://docenciasocioeducacaounb.files.wordpress.com/2017/02/docencia-na-socioeducacao-versao-eletronica.pdf>> Acesso em 12 nov. de 2019.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. Curitiba: Appris, 2018.

APÊNDICE I – Protocolo de Pesquisa Documental

1. Marcadores Sociais sobre o adolescente/jovem

- Idade:
- Escolaridade:
- Raça/etnia:
- Renda familiar:
- Situação de saúde:

2. Histórico de atos infracionais e medidas socioeducativas já cumpridas:

() Registro de passagens anteriores pela prática de atos infracionais:

- Quantidade de passagens anteriores:
- Tipificação dos atos infracionais anteriores:
- Medidas socioeducativas aplicadas anteriormente:

() Advertência

() Obrigação de reparar o dano

() PSC

() Liberdade Assistida

() Semiliberdade

() Internação

3. Vínculos sociofamiliares e comunitários do adolescente/jovem

- Composição familiar na época da apreensão:
- Referências de vínculos familiares, comunitários e/ou afetivos:

4. Vulnerabilidades, riscos sociais e/ou violações de direitos na infância e/ou adolescência:

- () situação de pobreza ou extrema pobreza
- () condições precárias de moradia (água, saneamento, esgoto, coleta de lixo)
- () condições precárias de mobilidade e acesso ao serviço de transporte
- () dificuldades de acesso a escolarização
- () baixa escolaridade
- () dificuldades de acesso a profissionalização
- () trabalho infanto-juvenil
- () privação da convivência familiar e comunitária
- () vivência comunitária de homicídios na adolescência
- () gravidez na adolescência
- () doenças sexualmente transmissíveis
- () uso indevido e/ou abuso de drogas
- () negligência familiar
- () omissão familiar
- () violência psicológica

- Relação de parentesco/comunitária entre o adolescente/jovem e o perpetrador da violência: _____
- Medidas adotadas pelos responsáveis para sanar a violência sofrida pelo adolescente/jovem: _____

() violência física

- Relação de parentesco/comunitária entre o adolescente/jovem e o perpetrador da violência: _____
- Medidas adotadas pelos responsáveis para sanar a violência sofrida pelo adolescente/jovem: _____

() abuso, violência e/ou a exploração sexual

- Relação de parentesco/comunitária entre o adolescente/jovem e o perpetrador da violência: _____
- Medidas adotadas pelos responsáveis para sanar a violência sofrida pelo adolescente/jovem: _____

() histórico de violência de gênero na família

- Relação de parentesco/comunitária entre o adolescente/jovem e o perpetrador da violência: _____
- Medidas adotadas pelos responsáveis para sanar a violência sofrida pelo adolescente/jovem: _____

5. Acesso a equipamentos de políticas públicas e órgãos de defesa de direitos

- () Unidade Básica de Saúde (UBS)
- () Hospitais Regionais
- () Unidade de Pronto Atendimento 24h (UPA)
- () Centros de Atenção Psicossocial (CAPS)
- () Centros de Atenção Psicossocial em Álcool e outras Drogas (CAPS – AD)
- () Internações psiquiátricas
- () Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)
- () Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS)
- () Centros de Convivência e fortalecimento de vínculos (COSE)
- () Unidades de Acolhimento Institucional (abrigos, casa lar, casa de passagem)
- () Centros Especializados para População em Situação de Rua (Centros Pop)
- () Educação de Jovens e Adultos
- () Ensino Técnico
- () Educação Especial/Inclusiva
- () Escola Integral
- () Escola Classe
- () Colégio militar
- () Instituto Federal de Brasília (IFB)
- () Escola regular de Ensino Fundamental
- () Escola regular de Ensino Médio
- () Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem
- () Educação profissional
- () Agências do Trabalhador
- () Cursos profissionalizantes e de ações de qualificação para o trabalho (ex.: Jovem Aprendiz; Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego)
- () Cinema
- () Teatro

- ☐ Bibliotecas
- ☐ Museus
- ☐ Centros de dança
- ☐ Espaços culturais
- ☐ Centro Olímpico e Paralímpico (COP)
- ☐ Conselho Tutelar
- ☐ Defensoria Pública
- ☐ Centros Especializados de Atendimento às Mulheres (CEAM)
- ☐ Núcleos de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica (NAFAVDS)
- ☐ Núcleo de Atendimento Psicossocial – Pró-Vítima

6. Acesso a atividades ocupacionais, esportivas e/ou recreativas ofertadas por organizações não-governamentais, entidades do terceiro setor, igrejas ou equipamentos comunitários. Descrever quais.

7. Ações de atendimento socioeducativo ofertadas:

- ☐ atendimentos individuais
- ☐ atendimentos em grupo
- ☐ atendimentos familiares
- ☐ escolarização na unidade de internação
- ☐ cursos de capacitação profissionalização e de atividades de inserção profissional
- ☐ atividades recreativas
- ☐ atividades de cunho ocupacional
- ☐ visitas familiares frequentes à unidade de internação
- ☐ discussões sobre sexualidade
- ☐ discussões sobre papéis de gênero
- ☐ orientação quanto a violência de gênero
- ☐ rodas de conversa sobre relacionamentos amorosos saudáveis e/ou relacionamentos amorosos abusivos
- ☐ elaboração de relatórios técnicos
- ☐ acompanhamento após o desligamento
- ☐ práticas para a reinserção familiar e comunitária do adolescente.
 - Citar práticas realizadas: _____

- ☐ Existência de um ente familiar e/ou figura com vínculo afetivo significativo que acompanhou o adolescente durante o cumprimento de medida socioeducativa
- ☐ Existência de um ente familiar e/ou figura com vínculo afetivo significativo responsável por receber o adolescente/jovem no término da medida

8. Ações de articulação com rede intersetorial:

- ☐ Discussão de casos com outros profissionais da rede
- ☐ Reuniões da rede intersetorial no território
- ☐ Encaminhamentos para serviços públicos externos
 - Citar encaminhamentos realizados: _____

9. Desafios do atendimento socioeducativo ao adolescente/jovem na unidade de internação

- ☐ Envolvimento do adolescente/jovem em ocorrências disciplinares na unidade
 - Descrever as ocorrências. _____

- () Dificuldades na convivência do adolescente/jovem com os demais adolescentes na unidade
- () Insegurança do adolescente no espaço escolar dentro da unidade
- () Dificuldades na participação nas atividades profissionalizantes
- () Dificuldades na convivência do adolescente/jovem com os socioeducadores
- () Dificuldades para realização das visitas dos familiares
- () Dificuldades nos encaminhamentos para serviços públicos externos feitos para o adolescente/jovem
- () Dificuldade de participação em atividades coletivas de lazer e esportivas devido a insegurança em relação ao grupo de socioeducandos
- () Dificuldade de frequentar atividades ocupacionais devido a insegurança no convívio com outros socioeducandos
- () Manutenção da natureza do ato infracional em sigilo
- () Possibilidade de convívio com os demais jovens durante o banho de Sol
- () Episódios de agressões físicas ou verbais de que tenha sido vítima dos demais socioeducandos, cujo motivador foi a não-aceitação do natureza do ato infracional cometido
- () Rompimento dos vínculos familiares durante o cumprimento de medida

10. Observações gerais e notas de campo

ANEXO I – Autorização do TJDFT para pesquisa



TJDFT

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

VEMSE

Vara de Execução de Medidas Socioeducativas do Distrito Federal

SGAN 909, Módulos D/E | CEP 70790-090 – Brasília-DF
(61) 3103 3365 | 3103 0307 | vemse@tjdft.jus.br

AUTORIZAÇÃO

Autorizo LUANA ALINE AFONSO, aluna do curso de especialização em Políticas Públicas, Infância, Juventude e Diversidade do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília (CEAM/UnB), a realizar pesquisa nesta Vara a fim de subsidiar a elaboração de seu trabalho de conclusão de curso, sob orientação da Prof.ª Tatiana Yokoy de Souza.

A pesquisa se intitula *O atendimento socioeducativo ofertado a adolescentes/jovens a quem se atribui ato infracional relacionado à ofensa de natureza sexual* e tem como objetivo geral conhecer o atendimento socioeducativo ofertado a adolescentes/jovens autores de atos infracionais análogos à ofensa sexual no contexto da internação, construindo reflexões sobre práticas institucionais, normativas vigentes e possibilidades de intervenções socioeducativas. Os objetivos específicos incluem: a) realizar mapeamento dos adolescentes/jovens apreendidos por ato infracional que envolva ofensa sexual; b) identificar diretrizes que balizam o atendimento socioeducativo destes adolescentes/jovens; c) conhecer a trajetória institucional destes adolescentes/jovens no sistema socioeducativo; e d) identificar desafios que envolvam o atendimento socioeducativo prestado a esses adolescentes/jovens no contexto de privação de liberdade.

Para isso, está autorizada a consulta aos processos de execução dos jovens que tiveram passagem pelo Núcleo de Atendimento do Inicial (NAI) nos anos de 2017 e 2018 e cujos atos infracionais envolvam ofensas sexuais e os processos de execução de adolescentes/jovens a quem se atribui ato infracional relacionado à ofensa de natureza sexual e que tenham sido sentenciados para medida socioeducativa de internação ao longo dos anos de 2017 e 2018. Ainda, está autorizada a consulta aos prontuários de tais socioeducandos no NAI.

A pesquisadora deverá fornecer a lista com o nome dos socioeducandos cujos processos serão consultados. Eventuais consultas aos processos de conhecimento deverão ser solicitadas aos respectivos Juízos.

Ressalvo, no entanto, que deverão sempre ser respeitados os arts. 17 e 143 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais de crianças e adolescentes e sobre o sigilo na divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua a autoria de ato infracional.

Brasília-DF, 17 de junho de 2019.

LAVINIA TUPY VIEIRA FONSECA
Juíza de Direito

ANEXO II – Parecer do comitê de ética em pesquisa

UNB - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O atendimento socioeducativo ofertado adolescentes/jovens a quem se atribui ato infracional relacionado à ofensa de natureza sexual

Pesquisador: LUANA ALINE AFONSO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 20481219.9.0000.5540

Instituição Proponente: FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.587.361

Apresentação do Projeto:

A pesquisa abarca como tema principal a discussão acerca do atendimento socioeducativo ofertado a adolescentes/ jovens a quem se atribui ato infracional relacionado à ofensa de natureza sexual. O objetivo geral da pesquisa é conhecer o atendimento socioeducativo ofertado a adolescentes/jovens autores de atos infracionais análogos à ofensa sexual no contexto da internação, construindo reflexões sobre práticas institucionais, normativas vigentes e possibilidades de intervenções socioeducativas. Os objetivos específicos incluem: a) realizar mapeamento dos adolescentes/jovens apreendidos por ato infracional que envolva ofensa sexual; b) Identificar diretrizes que balizam o atendimento socioeducativo destes adolescentes/jovens; c) conhecer a trajetória institucional destes adolescentes/ jovens no sistema socioeducativo; e d) Identificar desafios que envolvam o atendimento socioeducativo prestado a esses adolescentes/jovens no contexto de privação de liberdade. O tema da pesquisa possui especial relevância, considerando limitações institucionais e as poucas diretrizes para a promoção de intervenções socioeducativas junto à família e a comunidades das quais estes adolescentes/ jovens participam. A compreensão destas temáticas é especialmente importante para a garantia dos direitos de adolescentes/jovens no campo da Socioeducação, preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pela Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

Continuação do Parecer: 3.587.361

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Compreender como tem se dado o atendimento de adolescentes autores de atos infracionais análogos à ofensa sexual no âmbito de uma unidade socioeducativa de internação do DF, refletindo sobre as práticas institucionais, as normativas vigentes e as possibilidades de intervenções que visem problematizar a violência sexual e sua relação com valores ligados ao sexismo. Objetivo Secundário: a) Identificar a quantidade de adolescentes apreendidos por ato infracional que envolva ofensa sexual no Distrito Federal e o tipo de medida socioeducativa aplicada; b) Identificar as principais ações ofertadas durante o cumprimento da medida socioeducativa, bem como os desafios que envolvem o atendimento socioeducativo desses adolescentes em um contexto de privação de liberdade; c) Identificar diretrizes para atuação profissional no contexto do atendimento socioeducativo destinado ao perfil dos adolescentes que cometeram ato infracional análogo a ofensa sexual e que foram sentenciados para a medida socioeducativa de internação.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: A metodologia utilizada será a de análise documental de prontuários, portanto não haverá contato direto entre pesquisadora e participantes. No entanto, compreende-se que o acesso a arquivos judiciais que identificam adolescentes a quem se atribui a autoria de atos infracionais devem ser resguardados em sigilo, conforme preconiza a Lei nº 8069, de 12 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e Adolescente). Assim, pondera-se que os riscos existentes são poucos mas podem ser minimizados com o respeito a esses princípios éticos a serem respeitados por quem realiza a pesquisa.

Benefícios: Como benefícios da pesquisa, espera-se contribuir para construir subsídios que norteiem práticas socioeducativas inovadoras, orientadas para a promoção de processos de subjetivação e de desenvolvimento de adolescentes e jovens.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto de pesquisa está adequado às exigências da Resolução CNS 466/2012, 510/2016 e Complementares. A autora reconhece os riscos da pesquisa e os enfrenta adequadamente, propondo o anonimato dos prontuários analisados e também com a descrição pormenorizada do protocolo de análise dos prontuários. A proposta da autora de analisar os casos de acordo com faixa etária, etnia, classe social permite uma padronização que dificultaria a identificação indireta

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE CEP: 70.910-900
UF: DF Município: BRASILIA
Telefone: (61)3107-1592 E-mail: cep_chs@unb.br

Continuação do Parecer: 3.587.361

dos pesquisadores.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A pesquisadora anexou todos os termos de apresentação obrigatória. O aceite institucional foi assinado pela Vara de Execuções de Medidas Socioeducativas do Distrito Federal. A autora não anexou TCLE ou termo de autorização de uso de imagem e voz porque não irá entrevistar pessoalmente os adolescentes infratores, mas apenas irá analisar seus prontuários. Assim, apresentou um protocolo de pesquisa documental. Presume-se que a coleta de dados será realizada sem que os adolescentes tenham conhecimento ou deem anuência à pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Este projeto foi aprovado pelo CEP/CHS.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1386258.pdf	10/09/2019 16:02:38		Aceito
Outros	Carta_de_revisao_etica.pdf	10/09/2019 16:00:33	LUANA ALINE AFONSO	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	10/09/2019 15:59:06	LUANA ALINE AFONSO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_de_pesquisa_atendimento_socioeducativo_ofensa_sexual.pdf	02/09/2019 22:26:05	LUANA ALINE AFONSO	Aceito
Outros	lattes_pesquisadora_luana_afonso.pdf	02/09/2019 01:18:03	LUANA ALINE AFONSO	Aceito
Outros	Carta_de_encaminhamento.pdf	02/09/2019 01:07:29	LUANA ALINE AFONSO	Aceito
Outros	protocolo_de_pesquisa_documental.pdf	02/09/2019 01:05:17	LUANA ALINE AFONSO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	justificativa_para_dispenza_tcle.pdf	02/09/2019 01:03:49	LUANA ALINE AFONSO	Aceito
Outros	Autorizacao_Luana_UnB_VEMSE.pdf	01/07/2019 21:59:47	LUANA ALINE AFONSO	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	01/07/2019 21:48:36	LUANA ALINE AFONSO	Aceito

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE CEP: 70.910-900
UF: DF Município: BRASÍLIA
Telefone: (61)3107-1592 E-mail: cep_chs@unb.br

UNB - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE



Continuação do Parecer: 3.587.361

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BRASILIA, 19 de Setembro de 2019

Assinado por:
Érica Quinaglia Silva
(Coordenador(a))

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE CEP: 70.910-900
UF: DF Município: BRASILIA
Telefone: (61)3107-1592 E-mail: cep_chs@unb.br

Página 04 de 04